

## A HISTÓRIA CULTURAL DE GILBERTO FREYRE E SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA E OS NOVOS RUMOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

CAVALCANTE JUNIOR, I. G.<sup>1</sup>  
SILVA, M. do R. de F. V. da<sup>2</sup>  
COSTA, R. da S.<sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo se propõe a fazer uma breve reflexão sobre a Historiografia brasileira, ao se constituir numa tentativa de mostrar de que forma a Nova História Cultural foi encontrando, ao longo do século XX, as suas condições de existir e de que forma podemos associar a obra de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda à emergência dessa história no Brasil, insinuando o porquê da retomada de suas reflexões teóricas pelos historiadores brasileiros, nos últimos anos, toda vez que estes sentem a necessidade de uma maior compreensão sobre a formação do povo brasileiro e sobre métodos de análise voltados para o cotidiano e suas traduções simbólicas da realidade.

**Palavras-chaves:** Historiografia. Nova História Cultural. Gilberto Freyre. Sérgio Buarque de Hollanda.

### ABSTRACT

The article aims to give a brief reflection on the Historiography of Brazil, to constitute an attempt to show how the new cultural history was found throughout the twentieth century, their conditions of existence and how we can associate the work Gilberto Freyre and Sérgio Buarque de Hollanda the emergence of this history in Brazil, suggesting the reason for the resumption of his theoretical reflections by Brazilian historians in recent years, whenever they feel the need for greater understanding on the formation of the Brazilian people and on methods of analysis focused on the daily lives and their translations of symbolic reality.

**Key-words:** Historiography. New Cultural History. Gilberto Freyre. Sérgio Buarque de Hollanda.

### INTRODUÇÃO

Falar da evolução da historiografia no século XX, especialmente nos últimos 60 anos, exige necessariamente analisar o fim da hegemonia da História Política e a valorização da História Cultural, para Sandra Pesavento (2004), a grande virada nos domínios de Clio.

Desde o seu começo, a História, na sua forma dominante, foi a narrativa de acontecimentos políticos e militares que marginalizaram os sujeitos comuns em nome da exaltação de grandes líderes. Mas não sem resistência. Essa narrativa, pelo menos desde o

---

<sup>1</sup> Idelmar Gomes Cavalcante Júnior Professor da Faculdade Piauiense-FAP.

<sup>2</sup> Maria do Rosário de Fátima Vieira da Silva Professora da faculdade Piauiense-FAP.

<sup>3</sup> Rozane da Silva Costa Professora da Faculdade Piauiense-FAP.

Iluminismo, vem sendo contestada. Na segunda metade do século XIX, por exemplo, encontramos trabalhos como o de Michelet, que deu visibilidade ao homem ordinário, um personagem até então sem voz e rosto, ao narrar a história de seu grupo social e o de Burckardt que demonstrou que as sociedades sempre se manifestam em termos culturais, mesmo quando tratam de assuntos da política. Assim, se por um lado, historiadores como *Von Ranke* marginalizavam a história sociocultural de seu tempo, por outro, algumas vozes garantiam a sua vitalidade.

Destacar essas iniciativas é importante por que demonstra que mesmo antes do século XX, as tendências dominantes de uma história que reduzia a realidade às relações de poder entre os “grandes homens” já eram questionadas, o que foi de grande importância para a evolução da História Cultural no século passado.

A própria renovação historiográfica proporcionada pelos *Annales* só pode ser compreendida nesse contexto, o que implica dizer que ela não é a origem do processo que resultou numa historiografia mais voltada para a cultura. Entre Freud e Foucault, passando por Émile Durkheim, Antônio Gramsci e Walter Benjamin se desenvolveu um rico arcabouço teórico que deu sustentação à História Cultural. Podemos sim situar a corrente dos *Annales* como uma etapa decisiva nesse processo de consolidação da História cultural e da emergência daquilo que passaria a ser nomeada como Nova História Cultural, e ainda assim com algumas ressalvas.

Durante a primeira geração dos *Annales*, Lucien Febvre, conhecido admirador de Michelet e Burckhardt, através da história dos modos de sentir e pensar, procurou conduzir seus estudos próximo ao nível cultural demonstrando interesse por atitudes mentais e pelo simbólico, não obstante a sua – como a de Marc Bloch também – inclinação para analisar a história social sob uma perspectiva globalizante e sintética o que afastou os trabalhos desta geração de um tipo de história cultural mais contundente que seria escrita algumas décadas depois sob o título da Nova História Cultural.

No entanto, este afastamento é bem menor do que o que se observa em relação aos trabalhos da segunda geração, quando liderados por Fernand Braudel, os *Annales* voltaram a valorizar os níveis econômico e social, relegando a uma terceira instância a cultura. Neste momento, os *Annales* claramente fizeram a opção por uma História Total, o que motivou as críticas que esta corrente sofreu na virada dos anos sessenta para os setenta quando se iniciou a crise dos grandes paradigmas explicativos da realidade.

Naqueles anos, o modo de sentir e vivenciar o mundo foram profundamente abalados por eventos que promoveram rupturas epistemológicas que deslocaram as noções até então dominantes entre aqueles que escreviam a história, o que permitiu a emergência da Nova

História Cultural. Foi a época do maio de 68; da ascensão do feminismo; do surgimento de uma nova esquerda ocidental, desencantada com o modelo socialista soviético; da guerra do Vietnam e, polêmicas a parte, da emergência da impactante historiografia de Michel Foucault, que convidou todos a repensarem os paradigmas científicos ocidentais. Foram esses os eventos que motivaram a crise de paradigmas explicativos da realidade que buscavam estabelecer leis que garantissem a coesão entre fatos históricos e regimes de verdade que aspirassem à totalidade. Ficava cada vez mais claro que a realidade, com toda a sua complexidade, escapava com facilidade de “enquadramentos redutores”.

Desta forma, foram criticadas a corrente dos Annales, como já dissemos, e o marxismo. O resultado disso foi a emergência de um tipo de história mais voltada para as traduções simbólicas elaboradas pelos homens para a compreensão do mundo: a nova História Cultural. Ela é “nova” porque se distingue de trabalhos anteriores que também se preocuparam com a dimensão sócio-cultural, sobretudo aqueles do século XIX, que a exemplo da obra de Michelet abriram caminho para a história da vida cotidiana, dos sentimentos – ou como passaríamos a dizer a partir dos anos setenta, mentalidades.

Isso não quer dizer que essa nova concepção historiográfica rompeu completamente com o marxismo ou com os Annales. Ao contrário, ela é tributária também da vertente neomarxista inglesa, onde se destaca Edward Thompson, que escreveu uma história preocupada com os significados que os homens conferem a si e ao mundo e aos Annales – que abriram as veredas por onde ela desfilou em seus primeiros anos – afinal, se em sua primeira geração, Lucien Febvre e Marc Bloch organizaram seus trabalhos mostrando claro interesse pelas atitudes mentais e pelo simbólico, a terceira geração, por sua vez, consagrou definitivamente o campo da cultura como núcleo privilegiado para a compreensão de uma sociedade.

Como consequência dessa renovação, a História Cultural, passou a apresentar novos campos temáticos, tais como a História do tempo presente, Memória, cidade, identidade, imagem; e passou a dialogar com novas correntes historiográficas de títulos bastante sugestivos: a micro-história, a história vista de baixo e a história arqueogenealógica, além de outras.

A micro-história vem permitindo que, através do cotidiano de gente simples, os historiadores consigam decifrar a dinâmica de uma sociedade. Estudar o macro pelo micro pode levar às representações sociais e ao campo das sensibilidades, no entanto, pode levar também a generalizações grosseiras e, para evitar que isso aconteça, o historiador deve analisar profundamente seu objeto e explorar todas as possibilidades interpretativas. Nesta corrente destaca-se Carlo Ginzburg.

Com a história vista de baixo, a política passa a ser utilizada para além do conceito marxista que sempre lhe inseriu num debate sócio-econômico. O que interessa aqui é o imaginário político e como ele se constrói através de discursos, imagens, ritos e atuação dos sujeitos. Destaque para Edward Thompson.

E por fim, a história arqueogenealógica de Foucault mostrou que a realidade que a cultura procura traduzir simbolicamente é na verdade uma produção discursiva. A linguagem, portanto, elabora os nossos objetos e por isso, uma boa opção metodológica para investigação histórica seria tomá-los como ponto de chegada e não como ponto de partida em nossos estudos.

No Brasil, a citada crise de paradigmas só chega ao final dos anos oitenta, momento em que a concepção marxista ainda era hegemônica nas Universidades brasileiras. Os objetos de análise privilegiados em nossa historiografia eram a história econômica, interessada, sobretudo, na formação do capitalismo brasileiro; os movimentos sociais, ressaltando a dominação e a resistência entre as classes; e a política, preocupada com a natureza do Estado e a formação dos partidos políticos no país.

Na época, além do marxismo, com menor ênfase sentia-se também alguma influência da escola dos Annales sob a orientação braudeliana. (PESAVENTO, 2004, p. 11), o que não chega a surpreender, uma vez que a segunda geração dos Annales adotou uma história quantitativa semelhante a dos marxistas, isto é, valorizaram os níveis econômico e social, relegando assim, a cultura a uma terceira instância (a terceira geração, como já foi dito, pensará a cultura de modo diferente).

A Nova História Cultural, portanto, só encontra condições para se expandir no país, nos anos noventa, embora alguns importantes trabalhos tenham sido lançados ainda na década anterior como é o caso de “O diabo e a Terra de Santa Cruz” de 1986, produzido por Laura de Mello e Souza, obra que talvez tenha sido a pioneira, em termos de Nova História Cultural, no Brasil. Depois dela, tornou-se cada vez mais comum o lançamento de livros que analisavam, por meio das mentalidades, o nosso período colonial e século XIX.

A partir de então, passou a ser cada vez mais freqüente, na historiografia brasileira, a adoção de novas temáticas (cidades, memória, imagens, identidade,...), novos conceitos (representação, imaginário, sensibilidades,...), novos métodos (paradigma indiciário, semiótica,...) e novas chaves conceituais (micro-história, história vista de baixo,...).

Todas essas inovações estão ligadas à terceira geração dos Annales, a qual expandiu, como nunca havia sido feito, o conceito de fonte histórica e as possibilidades temáticas para consumo dos historiadores. Podemos, portanto, creditar também à influência desta Escola, o fato de que no Brasil, atualmente, a maior parte do que se produz esteja relacionada à nova história cultural.

O interessante é também perceber que foi graças à influência desta nova perspectiva historiográfica no país que os historiadores revisitaram as obras de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Hollanda e perceberam que antes mesmos dos *Annales* chegarem ao Brasil, já se produzia aqui trabalhos que analisavam as sensibilidades, a vida privada, o cotidiano e as mentalidades da sociedade brasileira.

É comum dizer-se, entre os que pesquisam a história cultural no Brasil, que Freyre e Sergio Buarque “faziam história das mentalidades sem saber”, fórmula bem humorada de reconhecer o pioneirismo de ambos no tratamento de certos temas de nossa história que só a custo, e graças à penetração da Nova História na universidade brasileira, passaram a ser valorizados pelos pesquisadores. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 160).

Transformando a historiografia brasileira que até então, com raras exceções, era linear, episódica, elitista, detalhista e interessada em criar uma idéia de nação esclarecida, civilizada e homogênea, fortemente influenciada pela civilização branca européia; Gilberto Freyre e Sergio Buarque denunciaram os preconceitos raciais; romperam com uma história meramente narrativa em nome da problematização; introduziram novos temas e métodos, o que colaborou com a dessacralização de documentos oficiais escritos e voltaram-se para o cotidiano<sup>4</sup>, afastando-se da tendência até então dominante: a análise de fatos políticos.

Gilberto Freyre com *Casa Grande e Senzala* inaugura as análises da cultura brasileira e o fez de modo original na medida em que viu de modo otimista o que estudos anteriores duramente criticavam, a miscigenação racial e as particulares relações sociais no Brasil. E para fazer isso, ele retomou a temática racial, analisando não a raça pela raça, mas a raça a partir da cultura. Ele, portanto, culturalizou um tipo de temática que vinha desafiando a intelectualidade brasileira pelo menos desde que *Von Martius* e o Instituto Histórico geográfico Brasileiro-IHGB lançaram a questão da miscigenação brasileira na *Historiografia Brasileira* ainda na década de 1840.

Gilberto Freyre foi responsável por uma inegável inovação documental e temática. Com ele, a partir dos anos trinta do século passado, jornais, diários, correspondências, livros de receitas, fotografias; hoje largamente utilizados pela Nova História Cultural; começaram a ganhar importância enquanto fontes de pesquisa – isso foi feito praticamente ao mesmo tempo também pelos *Annales* – o que demonstra o interesse do autor pelo cotidiano, e o seu desapego a uma história episódica. Além disso, temas como sexualidade, religião, família e comida também ganharam um tratamento pioneiro.

---

<sup>4</sup> Excepcionalmente, alguns pesquisadores haviam trabalhado com cotidiano. É o caso de Capistrano de Abreu, por exemplo.

Quanto ao método de análise, o autor de Casa Grande Senzala também foi inovador. Fazendo a diferenciação entre raça e cultura, ele defenderá que a questão genética não está acima da dimensão cultural, isto quer dizer que se algum problema social existe, a culpa não seria do caráter mestiço do povo brasileiro. Assim, “os males tradicionalmente imputados à mestiçagem – as doenças, a amoralidade, a apatia, a aversão ao trabalho – passariam a ser atribuídos ao sistema econômico”. (MELLO E SOUZA, 1998, p. 20).

Sua inovação metodológica, portanto, ao privilegiar a história social e antropológica relega a uma terceira instância a história política e administrativa. Sua visão, no entanto, ainda é marcada pelo naturalismo e positivismo dos anos anteriores o que tipifica a sua obra como herdeira dos antigos estudos realizados sob as bênçãos do IHGB, diferentemente da obra de Sérgio Buarque de Hollanda, que vai produzir dentro de uma nova instituição que se estabelece no país nos anos trinta: a Universidade brasileira.

Por tudo isso, podemos afirmar que Gilberto Freyre foi o pioneiro no Brasil a trabalhar com história cultural. E se ele foi o precursor, aquele que lançou esta perspectiva de pesquisa no país de forma teórica e metodologicamente madura, foi Sergio Buarque de Hollanda. (MELLO E SOUZA, 1998, p. 23).

Diferente de Freyre, que em alguns momentos de sua obra trabalhou contraditoriamente com conceitos novos e velhos, vinculados às teorias raciológicas do final do século XIX; Sergio Buarque foi capaz de articular sociologia e etnologia e transitar por entre conceitos com segurança<sup>5</sup>. Além disso, ele foi capaz de trabalhar simultaneamente aos franceses, os mesmos temas.

Creio ser possível detectar, mais do que influência propriamente dita, uma surpreendente afinidade e coincidência temática e metodológica entre Sergio e os fundadores da moderna historiografia francesa, os homens dos Annales [...] A vida material, as mentalidades, o imaginário foram objetos que se impuseram a um e aos outros na mesma época, e certamente em decorrência das leituras semelhantes que todos faziam então, combinando história, sociologia e antropologia. (MELLO E SOUZA, 1998, p. 23).

Considerando Sergio Buarque em seu contexto histórico, percebemos ainda que ao mesmo tempo em que ele trabalhava com as mentalidades, também trabalhava com o econômico<sup>6</sup>. Para ele, a combinação entre a vida material e as atitudes mentais influenciam decisivamente a história dos homens. Ou seja, Sergio Buarque acaba criando um conceito de cultura e com ele os historiadores aprenderam que entender uma sociedade exige que se

---

<sup>5</sup> Teria sido ele o introdutor de Max Weber na historiografia brasileira.

<sup>6</sup> Tema importante em sua época.

observe como ela se relaciona com sua vida material, cotidiano, mentalidades, suas manifestações populares.

Além de ser mais rigoroso do ponto de vista teórico e metodológico, Sergio Buarque também se diferencia de Freyre pela forma como avaliava as estruturas tradicionais. Enquanto Freyre defendia as estruturas sociais estabelecidas, sendo um declarado entusiasta da colonização portuguesa, para o primeiro o conhecimento do passado deveria nos fundamentar de uma forma crítica para tratarmos os problemas do presente. Nesse sentido, a história deveria contribuir para que o presente se desvinculasse do passado, pois era importante que o Brasil se livrasse de suas raízes ibéricas.

Sua obra “Raízes do Brasil”, portanto, é uma síntese interpretativa da trajetória da formação da sociedade brasileira que procura discutir o seu passado, presente e futuro. Suas teorias explicativas, embora provenientes da Europa, foram utilizadas de forma bastante inovadora e adaptada à realidade brasileira.

Sérgio Buarque, do ponto de vista metodológico a partir de comparações estabelecia os diferentes tipos que se relacionaram na constituição do Brasil. Para determinar o “tipo” brasileiro, comparou os ibéricos aos demais povos da Europa; depois observou a península ibérica e comparou os portugueses aos espanhóis e por fim, tendo em vista o tipo português, tipificou o brasileiro como um neoportuguês. Sua abordagem foi psicológica e o personagem principal, o povo brasileiro. Não é difícil perceber aproximações entre o seu trabalho e a historiografia da Nova História Cultural.

No entanto, a partir da década de cinqüenta, a historiografia brasileira, influenciada pela perspectiva do materialismo dialético proposta por Caio Prado Júnior também nos anos trinta, adotou a economia como um tema privilegiado. Como reflexo da hegemonia marxista, a obra de Sérgio Buarque de Hollanda e, sobretudo de Gilberto Freyre, com todas as suas inovações temáticas e metodológicas acabaram sendo relegadas a um segundo plano, o que impediu que a historiografia brasileira avançasse no sentido da História Cultural.

Como já vimos, foi preciso que a Nova História Cultural “conquistasse” a historiografia brasileira nos anos noventa para que Freyre e Sergio Buarque voltassem a ter um lugar de destaque nos debates entre os nossos historiadores. É a Nova História Cultural reconhecendo as suas raízes.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

\_\_\_\_\_. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: RECORD, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: M. Fontes, 1992.

MELLO E SOUZA, Laura de. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 17-38.

\_\_\_\_\_. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINSKY, Carla Bessanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.